

LULA LIVRE = LULA PRESIDENTE ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE

Foto: Ricardo Stuckert



ÀS RUAS

“Nenhuma ilusão nas instituições apodrecidas. Nenhuma ação isolada, nem aventuras. Nossa luta é por Lula Presidente, com uma Constituinte para reorganizar o país.”

Comunicado DAP,
6 de abril

DISCURSO 7 DE ABRIL

“A prioridade é garantir que este país volte a ter cidadania. Não vão vender a Petrobras! Vamos fazer uma nova Constituinte! Vamos revogar a lei do petróleo que eles tão fazendo! Não vamos deixar vender o BNDES, não vamos deixar vender a Caixa, não vamos deixar destruir o Banco do Brasil.” É com essa crença, companheiros, de cabeça erguida, como eu estou falando com vocês, que eu quero chegar lá e falar para o delegado: estou à sua disposição. E a história, a história, daqui a alguns dias, vai provar que quem cometeu crime foi o delegado que me acusou, foi o juiz que me julgou e foi o Ministério Público que foi leviano comigo.”

Ofensiva jurídico-militar contra a democracia e os trabalhadores

Julgamento do Habeas Corpus de Lula escancara o conluio apoiado e incentivado pela mídia

Os dias que precederam e o dia do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do Habeas Corpus (HC) de Lula, em 5 de abril, foram reveladores do avanço do Judiciário pretendendo-se o poder acima de tudo e de todos, agora em sintonia com o comandante do Exército. E tudo com direito a horário nobre na Rede Globo e demais órgãos da imprensa burguesa. Desde 7 de abril Lula é preso político desta ofensiva jurídico-militar.

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE ABRIL:

uma penca de promotores, procuradores e juízes, vão ao STF com um abaixo-assinado, pela manutenção da prisão depois de condenação em 2ª instância, o que não é previsto na Constituição que estabelece que a pena só pode ser cumprida depois do processo transitado em julgado, o que não ocorreu no caso de Lula. Na verdade, o documento era parte da pressão do Judiciário golpista pela prisão imediata de Lula.

Com o título de “Nova Técnica”, diz o texto: “Há, assim, distinção entre a relativização da presunção de inocência, sem prova, que é inconstitucional, e, com prova, constitucional, baseada em dedução de fatos suportados ainda que por mínima atividade probatória”.

Depois que o procurador Deltan



Comandante do Exército pressiona e o STF, no dia 4, negou o HC de Lula

Dallagnol inventou o “não tenho provas, mas tenho convicção”, agora a “Nota Técnica” estabelece a “prova baseada em dedução de fatos”, “ainda que por mínima atividade probatória”!

Aliás, Dallagnol, diretamente envolvido na condenação, sem provas, de Lula, é um dos aderentes do abaixo-assinado e, militante que é, postou nas redes sociais que no dia do julgamento estaria “em jejum, oração e torcendo pelo país”. Tal procurador não seria levado a sério em nenhum poder judiciário digno deste nome.

TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL:

a Globo fecha o Jornal Nacional com a leitura da mensagem postada nas redes sociais pelo comandante do Exército, general Villas Boas: “Assseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”.

Numa democracia tal general que ameaça diretamente, para pressionar o STF, seria punido. Mas, como vivemos sob golpe, em estado de exceção, não só não foi punido como recebeu apoio do Ministério da Defesa que disse sobre a mensagem, do general “manifesta sua preocupação com os valores e com o legado que queremos deixar para as futuras gerações. É uma mensagem de confiança e estímulo à concórdia”!!!

Escancarada pressão pela negação do HC de Lula, esta nota de Villas Boas não recebeu do PT, registre-se, a resposta à altura da gravidade do fato.

Nota da presidente Gleisi, do senador Lindbergh Farias e do deputado Paulo Pimenta, depois de acusar a Globo de ter manipulado a mensagem (!!) “associando uma declaração do comandante do Exército, general

Villas Boas, ao julgamento marcado para hoje do habeas corpus”, afirma: “assim como defendeu o general Villas Boas nas redes sociais, nós do PT sempre combatemos a impunidade e respeitamos a Constituição, inclusive no que tange ao papel das Forças Armadas definido na Constituição democrática de 1988”.

Uma reação que não ajuda, ao contrário confunde, a militância petista a compreender o processo em curso, com a nova etapa aberta com a intervenção militar no Rio de Janeiro.

QUARTA-FEIRA 4 DE ABRIL:

com uma manobra da ministra Carmen Lucia, o STF - que deveria julgar primeiro a ADC (Ação Declaratória de Constitucionalidade) que questiona a jurisprudência do próprio Supremo que admitiu a prisão após condenação em segunda instância - julga o Habeas Corpus de Lula. Qualquer instância superior, digna deste nome, teria examinado as barbaridades cometidas no Tribunal Federal Regional (TRF4), por exemplo, a extraordinária coincidência do aumento do tempo da pena, pelos três desembargadores, em número de anos, mês e dia! Mas, como temos um Judiciário podre, preocupado não em fazer Justiça, mas agradar seus chefes locais ao Departamento de Justiça dos EUA - que comprovadamente, mais que envolvido é instrutor da Lava Jato - o resultado foi o esperado: o HC é negado com o voto decisivo de Rosa Weber, a ministra na qual muitos no PT depositavam a esperança de um voto justo.

QUINTA-FEIRA 5 DE ABRIL:

numa velocidade atroz, o TRF4 autoriza Moura a emitir ordem de prisão. 19 minutos depois da autorização, Moro estabelece que Lula tem até o dia 6, às 17 horas para se apresentar em Curitiba, o que fora antecipado pelo Estadão! Começa neste mesmo dia a vigília no

Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo, onde Lula foi “se apresentou”. Militantes de todo o Brasil começaram a se concentrar diante do Sindicato. Por três dias lá permaneceram, até que no dia 7 Lula anunciou que cumpriria a mandado (ver págs. 4, 5,6 e 7).

Daqui para a frente

Sem dúvida que agora o centro é a luta Lula Livre!. Mas, algumas reflexões devem ser aprofundadas, mesmo no fogo da batalha. Aliás até para fortalecer a luta.

O voto de Rosa Weber, para o bem do PT e da luta que temos pela frente, deveria colocar uma pá de cal nas ilusões neste Judiciário podre, supremamente representado pelo STF. Desde que começou a Ação Penal 470, antessala da Lava Jato, a crença no Judiciário - vanguarda da ofensiva imperialista do pretense combate à corrupção - desarmou o partido.

O Judiciário, assim como as demais instituições - eivadas de heranças da ditadura militar, como a distorcida representação da nação no Congresso Nacional - estão aí para manter o país à mercê dos apetites imperialistas.

Em seu discurso no ato do dia 2 de abril, no Circo Voador no Rio de Janeiro, com razão, Lula denunciou os interesses nefastos para o povo brasileiro da “elite apodrecida” do país. Elite apodrecida, sustentada por podres instituições que só uma Constituinte Soberana pode por abaixo.

O PT à época da luta contra a ditadura militar levantou a bandeira da Constituinte e a retomou em seu 6º Congresso, em 2017. Agora é: Lula Livre e por Lula Presidente, só um governo Lula pode concretizar esta bandeira. “Vamos fazer uma nova Constituinte!”, disse Lula em seu discurso (ver pag.4) no dia 7 de abril no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

“EUA ESTÁ ENVOLVIDO”

Em recente entrevista ao Nocaute, o pesquisador Mark Weisbrot, do Centro para Pesquisas Econômicas e de Políticas Públicas, de Washington, afirmou: “os Estados Unidos estão obviamente envolvidos nas investigações. O Departamento de Justiça, por exemplo, o procurador-geral, Kenneth Blanco, ele esteve em uma conferência aqui em julho de 2017, e ele disse que era ‘difícil imaginar uma relação mais cooperativa na história recente’ do que aquela entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e os procuradores brasileiros. E um pouco mais à frente no mesmo discurso, ele se vangloriou de como os procuradores do Brasil ganharam um veredito contrário ao presidente Lula. Então ele está muito feliz com isso, e ele não está tentando esconder isso nem um pouco”.

Crime contra o povo

A prisão do companheiro ex-presidente Lula representa o ponto mais alto de uma ofensiva criminosa contra a maioria do povo trabalhador brasileiro e nossa soberania nacional.

Crime cometido por um processo fraudulento, levado à frente por um Judiciário apodrecido e mancomunado com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, ele escancara a ofensiva jurídico-militar que está em curso no Brasil, para aplastar a nação aos pés do imperialismo estadunidense.

Frente a incapacidade da burguesia de viabilizar um candidato que através das urnas legitime seu projeto de país subalterno e sem direitos aos trabalhadores, a prisão de Lula - autorizada pelo golpista Supremo Tribunal Federal, atendendo ao recado do comandante do Exército - representa um golpe maior contra os trabalhadores e a democracia.

A ação criminosa do Judiciário pretende viabilizar a continuidade dos ataques já desferidos nestes quase dois anos de governo golpista, não sem resistência da classe - como na questão da Previdência - resistência que no terreno eleitoral coloca Lula como franco favorito em todas as sondagens eleitorais. E favorito não apenas pelas lembranças das conquistas durante seus governos, como recuperação do salário mínimo, piso nacional dos professores ou a designação dos recursos

do Pré-Sal para a educação e saúde. Mas favorito, também, porque desde que retomou as Caravanas, Lula tem martelado que vai revogar as medidas do governo golpista e, em seu último discurso, antes de ser levado à Curitiba, reafirmou que eleito iria convocar uma Constituinte.

ESPALHAR OS COMITÊS LULA LIVRE NAS FÁBRICAS, BAIRROS E ESCOLAS

O crime cometido contra Lula é o mesmo cometido contra os trabalhadores, com a contrarreforma trabalhista. O crime cometido contra Lula é o mesmo cometido contra toda a nação com a entrega do Pré-Sal à multinacionais do petróleo e a PEC do teto de gastos. O crime cometido contra Lula é o mesmo que, em um ano (de 2016 a 2017), segundo o IBGE, jogou 1,5 milhão de brasileiros na miséria!

Os criminosos que desde o golpe do impeachment empurram nosso país ao abismo, não podem conviver com a democracia.

Esses criminosos não podem conviver com a existência do Partido dos Trabalhadores, de longe o de maior preferência partidária e hoje

com a maior bancada na Câmara Federal.

Mas a prisão de Lula pode ser a maior pedra no caminho dos criminosos. Desde sua decretação uma resistência começou.

A vigília em São Bernardo do Campo impediu que Moro tivesse a foto de Lula se apresentando, "voluntariamente", no prazo estabelecido.

O PT reunido dois dias depois da prisão reafirma que o candidato a ser inscrito em 15 de agosto é Lula, mesmo se ainda estiver preso! Todos os dias, em várias cidades, manifestações exigem sua libertação. É preciso avançar e organizar a resistência. A criação de Comitês Lula Livre deve se espalhar pelo país.

É preciso enfrentar a confusão posta na cabeça dos trabalhadores através da mídia, que enxovalha os lares com o falso combate à corrupção - na verdade, um pretexto usado pelo imperialismo - e, fábrica por fábrica, bairro por bairro, escola por escola, explicar os verdadeiros interesses por trás da perseguição e prisão de Lula.

Nesta luta, "nenhuma ilusão nas instituições apodrecidas. Nenhuma ação isolada, nem aventuras. Nossa luta é por Lula Presidente, com uma Constituinte para reorganizar o país." (Comunicado "Às Ruas" do Diálogo e Ação Petista de 6 de abril).

Todos devem se jogar na construção dos Comitês Lula Livre!



CAMPANHA DE ASSINATURAS "É POSSÍVEL CHEGAR LÁ"

Os militantes da Corrente O Trabalho do PT estão engajados numa campanha para dobrar o número de assinantes do nosso jornal. Queremos dar um passo para nos colocar a altura da difícil tarefa que temos pela frente na luta da classe trabalhadora do país e do mundo.

Há 40 anos atrás o bônus de campanha financeira pelo lançamento do jornal O Trabalho afirmava: "No Brasil, desde sempre, a classe dominante tem seus arautos, para quem estão abertas as imprensas e fechados os cárceres. E também no Brasil, os trabalhadores sempre tiveram seus porta-vozes e defensores, para

quem estão fechadas as imprensas e aberto os cárceres. O TRABALHO nasce da luta dos trabalhadores contra as mordidas e esses mesmos cárceres."

40 anos depois, o jornal O Trabalho que já esteve na campanha por "Lula livre" em 1980 (ver ao lado) se vê obrigado a retomar essa campanha, agora diante da segunda prisão arbitrária de Lula, diretamente estimulada pelos "arautos da classe dominante".

Ampliar o número de nossos assinantes e leitores é a melhor resposta que podemos dar aos porta vozes da "elite" que continuam atacando diuturnamente a classe trabalhadora.

Registramos mensagem enviada por um companheiro, sobre sua experiência nesta batalha.

"Nas últimas semanas me dirigi a vários companheiros. Peguei na minha velha agenda telefônica o contato de antigos leitores do jornal e novos leitores. E liguei, um a um, para debater a situação do país e explicar a necessidade de sustentar o Jornal O Trabalho. 19 Companheiros assinaram o Jornal. É possível chegar lá!"

Memória

1980: LIBERDADE PARA LULA E OS DEMAIS SINDICALISTAS!

Esta prisão é um ataque àquele esforço que milhares de trabalhadores vêm fazendo, em todo o País, para construir seu partido de classe, um partido que organize a luta contra a ditadura - o Partido dos Trabalhadores. Aos olhos da classe operária, estes dirigentes, e Lula em especial, encarnam este combate. E isto porque, nesta segunda grande greve do ABC, eles se recusaram a fazer qualquer acordo com a ditadura que comprometesse o interesse dos trabalhadores. Nesta greve, Lula não negociou sua volta ao sindicato, não propôs uma trégua acenando com uma possível proposta "mais favorável dos patrões". (...) É necessário repetir: hoje, tudo se concentra na libertação de Lula e dos demais dirigentes sindicais.



O Trabalho nº 61 - 19/5/1980

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

O discurso de Lula

Trechos do discurso de 7 de abril no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, horas antes de ser levado à Curitiba. Seleção e intertítulos da Redação

“Queridas companheiras e queridos companheiros...”

Eu pedi para vir aqui dois sindicalistas [diretores do sindicato dos metalúrgicos do ABC] porque eu nasci nesse sindicato. Quando eu cheguei aqui, esse sindicato era um barraco. Esse prédio foi construído já na nossa diretoria. Na minha consciência, parte das conquistas da democracia brasileira a gente deve a este sindicato dos metalúrgicos a partir de 1978.

Aqui foi a minha escola, aqui eu aprendi sociologia, aprendi economia, aprendi física, química e aprendi a fazer muita política porque, no tempo que eu era presidente deste sindicato, as fábricas tinham 140.000 professores que me ensinavam como fazer as coisas.

Eu confesso que vivi os meus melhores momentos políticos nesse sindicato. Eu nunca esqueci a minha matrícula do sindicato: a minha matrícula é 25986, de outubro, de setembro de 1968.

E fizemos a maior greve da nossa história: a maior greve, 41 dias de greve [1980]. Com 17 dias de greve, eu fui preso, e os trabalhadores começaram, depois de alguns dias, a furar a greve. E nós então... eu sei que o Tuma, eu sei que o doutor Almir, eu sei que doutor Vilela iam dentro da cadeia e falavam para mim: ‘você tem que acabar com a greve’, e eu dizia ‘eu não vou acabar com a greve; os trabalhadores vão decidir por conta própria’.

Significa que não é dinheiro que resolve o problema de uma greve. Não é 5%, não é 10%, é o que está embutido de teoria política, de conhecimento político e de tese política numa greve.

“Quanto mais me atacam mais cresce minha relação com o povo”

Agora, nós estamos quase que na mesma situação, eu estou sendo processado e eu tenho dito claramente: o processo do meu apartamento, eu sou o único ser humano que sou processado por um apartamento que não é meu.

E eles sabem que O Globo mentiu quando disse que era meu. A Polícia Federal da Lava Jato, quando fez o inquérito, mentiu que era meu. O Ministério Público, quando fez a acusação, mentiu dizendo que era meu. E eu pensei que o Moro ia resolver, e ele mentiu dizendo que era meu.

Não posso admitir um procurador que fez um PowerPoint e foi para a televisão dizer que o PT é uma orga-



nização criminosa que nasceu para roubar o Brasil e que o Lula, por ser a figura mais importante desse partido, o Lula é o chefe. E, portanto, se o Lula é o chefe, diz o procurador: ‘Eu não preciso de provas, eu tenho convicção’. Eu quero que ele guarde a convicção dele para os comparsas deles.

Eu tenho mais de 70 horas de Jornal Nacional me triturando. Eu tenho mais de 70 capas de revistas me atacando. Eu tenho mais de milhares de páginas de jornais e matérias me atacando. E o que eles não se dão conta é que quanto mais eles me atacam, mais cresce a minha relação com o povo brasileiro.

“Vou fazer muito mais”

Eu sonhei, eu sonhei que era possível um metalúrgico sem diploma de universidade, cuidar mais da educação do que os diplomados e concursados que governaram esse país.

Eu sonhei que era possível a gente diminuir a mortalidade infantil levando leite, feijão e arroz para que as crianças pudessem comer todo dia. Eu sonhei que era possível pegar os estudantes da periferia e colocar nas melhores universidades desse país. Para que a gente não tenha juiz e procurador só da elite.

Eu cometi esse crime que eles não querem que eu cometa mais. É por conta desse crime que já tem uns dez processos contra mim. E se for por esses crimes, de colocar pobre na universidade, negro na universidade, pobre comer carne, pobre comprar carro, pobre viajar de avião, pobre fazer sua pequena agricultura, ser

microempreendedor, ter sua casa própria, se esse é o crime que eu cometi, eu quero dizer eu vou continuar sendo criminoso nesse país porque vou fazer muito mais. Vou fazer muito mais.

O golpe só vai concluir quando eles conseguirem convencer que o Lula não possa ser candidato a presidente da República em 2018.

O sonho de consumo deles é a fotografia do Lula preso. Eles decretaram a minha prisão. Eu vou atender o mandado deles. E vou atender porque eu quero fazer a transferência de responsabilidade.

Mas eu vou lá com a seguinte crença: eles vão descobrir pela primeira vez o que eu tenho dito todo dia, eles não sabem que o problema desse país não se chama Lula. O problema desse país chama-se vocês, a consciência do povo, o Partido dos Trabalhadores, o PC do B, o MST, o MTST... Eles sabem que tem muita gente.

Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las.

Eu vou cumprir o mandado e vocês vão ter que se transformar, cada um de vocês, vocês não vão mais chamar Chiquinha, Joãozinho, Zezinho, Albertinho, todos vocês, daqui para frente, vão virar Lula e vão andar por esse país.

E quanto mais dias eles me deixarem lá, mais Lula vai nascer nesse país e mais gente vai querer brigar nesse país porque a democracia não tem limite, não tem hora para gente brigar.

“Vamos fazer uma nova Constituinte”

Nós queremos mais casa, nós queremos mais escola, nós queremos menos mortalidade. Nós não queremos impedir a barbaridade que fizeram com a Marielle no Rio de Janeiro? Nós não queremos impedir a barbaridade que fazem com meninos negros na periferia desse país? Não queremos mais que volte a desnutrição, a mortalidade por desnutrição nesse país.

A prioridade é garantir que esse país volte a ter cidadania.

Não vão vender a Petrobras. Vamos fazer uma nova Constituinte, vamos revogar a lei do petróleo que eles estão fazendo. Não vamos deixar vender o BNDES, não vamos deixar vender a Caixa Econômica, não vamos deixar destruir o Banco do Brasil, e vamos fortalecer a agricultura familiar que é responsável por 70% do alimento que comemos nesse país.

É com essa crença, companheiros, de cabeça erguida, como eu estou falando com vocês, que eu quero chegar lá e falar para o delegado: estou à sua disposição. E a história, a história, daqui a alguns dias, vai provar que quem cometeu crime foi o delegado que me acusou, foi o juiz que me julgou e foi o Ministério Público que foi leviano comigo.

“Sei quem são meus amigos”

Se tem uma coisa que eu aprendi a gostar é da minha relação com o povo. Quando eu pego na mão de um de vocês, quando eu abraço um de vocês, quando eu beijo ---porque agora eu beijo homem e mulher igualzinho, eu estou beijando porque quando eu era presidente, eu dizia, eu vou voltar para onde eu vim e eu sei quem são meus amigos eternos e quem são os amigos eventuais.

Os de gravatinha, que iam atrás de mim, agora desapareceram. Estão comigo aqueles companheiros que eram meus amigos antes de eu ser presidente da República. Aqueles que têm coragem de invadir um terreno para fazer casa. Aqueles que têm coragem de fazer uma greve contra a [reforma da] Previdência, aqueles que têm coragem de ocupar um campo para fazer uma fazenda produtiva. Aqueles que, na verdade, precisam do estado. Vocês vão perceber que eu sairei dessa maior, mais forte, mais verdadeiro e inocente porque eu quero provar que eles é que cometeram o crime.”

COMITÊS LULA LIVRE EM TODO O PAÍS

“É o momento de firmeza”, diz a declaração do Diálogo e Ação Petista de 6 de abril, dia em que Moro ordenou a prisão de Lula, e transcrita abaixo. Firmeza que exige ação: construção dos comitês populares Lula Livre em todo o país. É preciso ir ao povo, aos trabalhadores do campo e da cidade, aos jovens, denunciar mais este golpe, preparar-se para a luta.

O Diálogo e Ação Petista terá um papel fundamental neste momento, na formação dos comitês populares, como já vem ocorrendo em vários estados. Já na segunda-feira, dia 9 de abril os grupos

de apoio do DAP começaram a realizar plenárias para organizar a luta. Na capital paulista e em Recife, concorridas plenárias animaram a militância para multiplicar os comitês Lula Livre (ver reportagem no nosso site www.militante.petista.org)

Mais do que nunca, é necessário afirmar que exigimos a liberdade de Lula para que possa ser candidato a presidente, pois eleição sem Lula é fraude, e, uma vez eleito, chamar uma Constituinte que revogue todas as medidas dos golpistas e promova as verdadeiras reformas de interesses da população.

BARBÁRIE EM CURITIBA



No momento da chegada do helicóptero com Lula preso, a covardia das bombas e balas

No momento em que o helicóptero com Lula estava sobre a superintendência da Polícia Federal em Curitiba, quase pousando, bombas de gás e de efeito moral foram atiradas pela Polícia Federal sobre os mais de 2 mil manifestantes que se solidarizavam com Lula. A PM, do lado de fora, também deu sua contribuição à repressão, disparando balas de borracha.

Por volta das 20h30, a PF havia conseguido que um juiz concedesse o interdito proibitório das quadras ocupadas pelos manifestantes. No entanto, havia negociações em andamento para que o interdito começasse a valer apenas a partir da manhã de domingo. As bombas, que Lula deve ter visto, soterraram as negociações. Foi a vingança de Moro, inconformado com os acontecimentos em São Bernardo e as 24 horas que teve de esperar para ver cumprida sua ordem de prisão.

As bombas provocaram a dispersão dos manifestantes, entre os quais havia muitas crianças. Houve vários feridos por fragmentos de bombas ou pelas balas de borracha, encaminhados para hos-

pitais. Mas os manifestantes voltaram a se reunir, agora uma quadra adiante, indignados e dispostos a prosseguir a luta.

Antes das bombas, a manifestação mostrou o ânimo elevado e a disposição de luta de todos, em unidade com objetivos claros: liberdade para Lula e garantia de sua presença como candidato nas eleições. Mais de 40 presentes se filiaram

ao PT apenas naquela noite.

A Vigília Democrática Lula Livre continua, com a presença de delegações vindas de vários estados, até que Lula seja solto. Os militantes do Diálogo e Ação Petista participam ativamente do movimento.



O DAP presente no ato do dia 6, em Curitiba

ÀS RUAS CONTRA A PRISÃO DE LULA!

Num novo lance da escalada jurídico-militar, o STF, com a pistola apontada, autorizou, e o juiz Moro decretou a antecipação da pena de prisão de Lula.

É explícita a perseguição política!

O objetivo dos golpistas e fascistas é o mesmo: aterrorizar o povo para destruir os direitos sociais e democráticos, impedindo a candidatura de Lula a presidente, favorito em todas as pesquisas.

Por isso, hoje, há protestos no Brasil e no mundo.

Em São Bernardo do Campo, SP, o povo trabalhador se concentra em defesa de Lula.

Nas Capitais e várias cidades organizam-se manifestações; em várias

rodovias se fazem bloqueios.

Respondendo ao chamado da CUT, assembleias em local de trabalho discutem a situação.

É o momento de firmeza.

Nenhuma ilusão nas instituições apodrecidas. Nenhuma ação isolada nem aventuras.

Nossa luta é por Lula Presidente, com uma Constituinte para reorganizar o país de cabo a rabo, utilizando todos instrumentos de luta organizada, inclusive a greve.

**Lula livre!
Eleição sem Lula é Fraude
Diálogo e Ação Petista
São Bernardo, 6 de abril de 2018.**



O DAP no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, firme na defesa da liberdade de Lula e de seu direito de ser candidato a presidente.

LULA É O CANDIDATO DE MILHÕES DE BRASILEIROS

O secretário-geral do PT do Paraná e integrante do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista Angelo Vanhoni, um dos principais organizadores da Vigília Democrática Lula Livre, falou à página do DAP.

DAP - Como você vê a situação política com as prisão de Lula?

Vanhoni - Lula é prisioneiro político, como foi durante a ditadura, o que mostra a semelhança entre os dois momentos. Caminhamos, se é que já não estamos, para uma ditadura do Judiciário tutelado pelas Forças Armadas,

DAP - O que é preciso fazer?

Vanhoni - Não nos resta alternativa a não ser lutar até o fim pela liberdade de Lula e para que ele possa ser candidato a presidente da República. É necessário organizar Comitês Lula Livre em todo o

país, em todos os municípios, nos movimentos sociais, sindicatos, entre os jovens, as mulheres, em todos os cantos.

DAP - Então é Lula Livre?

Vanhoni - Sem dúvida, mas não podemos esquecer em nenhum momento que, prendendo Lula, eles querem cassar o voto de dezenas e dezenas de milhões de brasileiros, que colocam Lula como o candidato favorito em todas as pesquisas. Eleição sem Lula é uma enorme fraude. E, afinal de contas, Lula é o candidato de todos os petistas, além dos milhões que já mencionei.



Vanhoni

Sindicato dos Metalúrgicos que iniciam uma resistência que precis

As mobilizações em todo o país mostram que há disposição de luta para reverter a ofensiva, mas é pre

Foram três dias de muita resistência, tensão e emoção para todos os presentes em São Bernardo do Campo entre os dias 5, 6 e 7 de abril. Por volta das 19h de quinta-feira, pouco depois da notícia da ordem de prisão, começou a circular nos grupos de WhatsApp o chamado para que todos se dirigissem ao Sindicato dos Metalúrgicos. Foi logo depois que o presidente Lula tinha saído do seu instituto no Ipiranga, com a ordem de prisão decretada, para ir para o ABC. O local fica a horas de distância para boa parte dos moradores da Grande São Paulo. Ainda assim, às 21h00, já se encontravam centenas de trabalhadores e estudantes no local.

Um professor relatou: “saí da aula no centro da capital às 22h15, olhei para os meus colegas e perguntamos: e aí, o que vamos fazer agora? E aí que nós vamos para lá”. Esse foi o sentimento de urgência

que atingiu milhares.

Um movimento de massa que resistiu durante horas, em condições duríssimas, e impediu que Moro conseguisse seu intento de que Lula se apresentasse em Curitiba, até 17 horas do dia 6, uma derrota do judiciário golpista. Foi possível, por um lado, pela decisão de Lula de não se entregar – a Polícia Federal precisou ir ao Sindicato na tarde de sábado. E, por outro lado, pela disposição de luta dos presentes, reafirmada em vários momentos no carro de som pelos oradores, como a presidente do PT Gleisi Hoffman.

Os três dias mostraram que, longe de qualquer ação individual irresponsável ou violenta que não ajuda a dialogar com as massas, é preciso explicar o processo em curso e organizar, no Comitês Lula Livre enraizados nos bairros e locais de trabalho.

Priscilla Chandretti

Sindicato dos Jornalistas (SP) sob ataque

A denúncia do apoio ao golpe e a defesa de Lula incomoda a grande mídia

Durante a vigília nos Metalúrgicos do ABC, os jornalistas profissionais que cobriam a manifestação foram alvo de ataques inaceitáveis, seja por manifestantes, seja por provocadores. Intimidações ou agressões a jornalistas, que antes de tudo são trabalhadores assalariados e que não são responsáveis pela linha editorial dos grandes meios de comunicação, são ataques aos próprios princípios democráticos que hoje lutamos para defender.

O Sindicato dos Jornalistas de SP agiu durante os três dias tentando conter qualquer tipo de ameaça. O presidente da CUT, Vagner Freitas, por exemplo, falou duas vezes no ato que “os jornalistas são trabalhadores e não podem ser confundidos com as empresas de comunicação, que repudiamos”. No sábado, o sindicato emitiu nota repudiando a violência, defendendo os trabalhadores, e por outro lado avaliando que “essa situação lamentável é resultado também da política das grandes empresas de comunicação, que apoiam o golpe,

e que adotam uma linha editorial de hostilidade contra as organizações populares. Tais empresas apoiam as medidas antipopulares de Michel Temer (MDB) e querem aplicar as ‘reformas’ contra os seus trabalhadores.” Na nota, também havia a defesa da liberdade de Lula.

A resposta das empresas de comunicação e seus porta-vozes foi uma campanha de calúnia contra o Sindicato, acusando-o de não defender os trabalhadores, quando não acusando de incitar a violência. A questão é que para os patrões é útil desmoralizar a entidade sindical e minar sua capacidade de organização com a base. Neste momento, por exemplo, as empresas de Rádio e TV como Globo, Band, SBT, tentam forçar os trabalhadores a assinarem um acordo que pode gerar a redução de até 43% na remuneração de uma parte da categoria. Justamente por isso o Sindicato decidiu recorrer democraticamente aos próprios jornalistas, chamando uma assembleia para debater um balanço das ações sindicais contra a violência, e discussão de novas medidas.



METALÚRGICOS DA VOLKS EMPOLGAM MANIFESTANTES

Cerca de 800 trabalhadores da Volkswagen chegaram em marcha por volta das 16h de sexta-feira. Foi uma manifestação pelas ruas de São Bernardo organizada a partir da saída de turno pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Agora é discutir com toda a categoria pois, por exemplo, Ford e Mercedes não vieram.

A chegada dos companheiros da Volks deu gás para os manifestantes que se encontravam, em muitos casos, desde o início da manhã em vigilância, no momento mais apreensivo do dia.

Atos pelo Brasil

Na sexta-feira, dia 6, em várias cidades e capitais, houve manifestações



Trabalhadores da Renault paralisam por 3 horas

Enquanto a vigília prosseguia ininterrupta no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, pevistas, militantes de outros partidos, sindicalistas e movimentos sociais saíram às ruas. Começava a reação necessária, e que precisa ser ampliada, pela libertação de Lula e pelo seu direito de ser candidato.

Metalúrgicos do Paraná

Os trabalhadores da Bosch, da Renault e das empresas do Parque

Industrial de Curitiba da Audi, na Região Metropolitana de Curitiba paralisaram suas atividades no dia 6 por pelo menos 3 horas. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, o protesto reuniu milhares de trabalhadores.

No caso da Renault, os metalúrgicos, além de cruzar os braços, ainda ocuparam a pista sentido litoral da BR-277 em São José dos Pinhais, entre as 14h e as 16h30, quando retornaram ao trabalho.

icos: três dias históricos a ser reforçada até a libertação de Lula

o preciso avançar. Discutir e organizar a defesa de Lula que concentra a defesa dos direitos e da democracia

No dia 6 de abril, os trabalhadores rodoviários da Bahia realizaram duas paralisações parciais em Salvador, em protesto contra a prisão política de Lula, e aderiram às manifestações na cidade. Muitos da categoria atacaram a posição, mas a direção do Sindicato, filiado à CUT, não baixou a guarda. Em nota, deixou claro: “o Sindicato participa desses atos por entender que a prisão de Lula não é uma ação apenas contra Lula, mas contra o que ele ousou fazer em benefício da Nação, do povo pobre, quando deu direitos à empregada doméstica, quando permitiu que o filho do rodoviário entrasse na universidade pra ser engenheiro, jornalista, advogado, quando afirmou a soberania nacional mundo afora” (site do sindicato dos rodoviários da Bahia).

Entre os servidores municipais de São Paulo – os quais derrotaram a reforma da previdência do Dória após 20 dias de greve – também houve quem criticasse a posição do Sindicato (Sindsep-SP) de desmarcar um “bota fora Doria” (que saiu da prefeitura para ser candidato a governador de São Paulo), para que todos fossem para São Bernardo do Campo defender Lula. Os sindicalistas alertam que os ataques de Doria contra

a aposentadoria estão ligados diretamente à prisão de Lula, para permitir aos golpistas continuar o desmonte da previdência. Na manifestação em torno do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, também haviam servidores municipais da capital presentes.

Estes dois exemplos mostram que, nas mais diversas categorias, há trabalhadores que discordam da participação de seus sindicatos nos atos em defesa de Lula, mas também há aqueles trabalhadores que querem ir à luta. É necessário que os sindicalistas da CUT em cada entidade assumam essa tarefa de explicar, dialogar, mobilizar. Uma tarefa ligada diretamente ao nosso combate contra o que os golpistas pretendem para a classe trabalhadora. Eles já aprovaram a reforma trabalhista, mas devemos reafirmar que não pararemos a luta até revogá-la. Até aqui, barramos a reforma da previdência, mas o Executivo e o Legislativo querem um momento melhor para retomá-la.

CUT orienta sindicatos a mobilizar suas bases

É esse o sentido da orientação da Central Única dos Trabalhadores. Em 9 de abril, a CUT reuniu sua Executiva

Nacional, logo após as manifestações ocorridas em São Bernardo do Campo, e reafirmou que é a tarefa no momento “é organizar nossa base para o enfrentamento ao golpe, que levou à prisão de Lula, defender a democracia, a liberdade de Lula - Lula livre - e os direitos (...) Nossas bases precisam compreender a relação existente entre a defesa da liberdade de Lula e as reivindicações mais imediatas dos/as trabalhadores. Somente Lula poderá reverter a atual situação política em que nos encontramos”.

Não podemos nos esconder neste momento, por mais dificuldades que existam no diálogo com as categorias “contaminadas” com o bombardeio da imprensa golpista, que diariamente enche os noticiários para dizer que Lula deve ser preso por corrupção. É compreensível que alguns trabalhadores caiam neste conto, mas os sin-

dicalistas da CUT têm uma responsabilidade histórica. Justamente por isso, é necessário que os boletins sindicais deem destaque a defesa de Lula, o que até aqui não havia ocorrido, ligando a situação política com os ataques diários dos patrões que as categorias estão enfrentando. É o exemplo da própria Tribuna Metalúrgica, do Sindicato do ABC, que nos dias 5 e 6 não trouxe essa discussão, mas que na terça dia 10 fez uma edição especial sobre a defesa de Lula.

Ainda de acordo com a resolução da executiva da CUT, a orientação é clara: “Criar comitês populares em defesa da liberdade de Lula”. Em cada sindicato, o comitê ajuda a fazer com que os trabalhadores da base encontrem o espaço para ajudar a construir a resistência.

João B. Gomes

Renova Andes: Lula Livre

Segue o combate para que o sindicato nacional dos docentes lute contra o golpe

Enquanto a massa reunida resistia em São Bernardo do Campo e em atos pelo país no dia 6, a diretoria do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) se posicionou repudiando a ação do Poder Judiciário no caso de Lula. Um passo destacável para uma entidade que até hoje não havia se somado ao conjunto do movimento sindical na luta contra o golpe.

Assim, o ANDES-SN conclama que “as seções sindicais e seus filiados reforcem as lutas e os atos que tenham por objeto a defesa dos direitos democráticos (...)”, o que é um ponto de apoio, mesmo se o sindicato continua (desde 2016) a não chamar o golpe de golpe.

Os docentes que constroem o Fórum Renova Andes combatendo para que o sindicato abrace essa luta unitária, e que neste momento impulsionam uma chapa de oposição à diretoria (chapa 02), haviam chamado, já no dia 05 de abril, a todos os professores e ao sindicato nacional para construir essa unidade. Frente a posição da diretoria, o Renova Andes afirmou

que “Não é pouca coisa vermos as bandeiras dos partidos e correntes que compõem a atual direção do ANDES-SN ao lado das bandeiras das entidades historicamente construídas pela classe trabalhadora em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (...) Mesmo que continuemos nos ressentindo da ausência da bandeira de nosso sindicato”.

Para o Renova Andes, “a hora é a da mais ampla unidade com foco na luta pela libertação de Lula, hoje preso político do regime golpista”, e por isso convida todos os docentes da base, a diretoria do Andes-SN e os membros da chapa 1 a construir Comitês pela Democracia e pela Liberdade de Lula nas instituições de ensino, a organizar caravanas a Curitiba, e a se dissociar da posição da CSP-Conlutas.

Sim, porque convém notar que a central sindical à qual o Andes está filiado defende a prisão de Lula, sob a forma mal disfarçada de “sejam presos todos os corruptos e corruptores”, o que exige dos docentes uma discussão urgente sobre essa filiação.



PETROLEIROS PRESENTES EM SBC

Nos dias em São Bernardo do Campo, os petroleiros acompanharam as manifestações e ajudaram a conduzir o presidente Lula nos braços do povo (na foto, os petroleiros estão à frente, de jaleco laranja). O coordenador da Federação Única dos Petroleiros, José Maria Rangel, gravou vídeo orientando a fazer assembleias nas unidades de trabalho, dizendo que não se pode aceitar que “um presidente que levou a Petrobrás a um grau nunca visto antes na história da nossa empresa, descobrindo o Pré-Sal, reativando a indústria naval, gerando empregos, gerando renda e tecnologia, que ele seja preso por ilações”.

Foto: Sindipetro Unificado SP



EXEMPLO DE AÇÃO PARLAMENTAR

Na cidade de Juiz de Fora (MG), o vereador Betão do PT mostrou o exemplo de para que um mandato parlamentar do partido deve estar a serviço. Junto com a direção local do PT, Betão dirigiu o ato por Lula Livre no dia 6. Seu mandato ajuda a organizar ações do Diálogo e Ação Petista nas cidades da região

Executiva do PT reafirma Lula Presidente

Urge um plano de ação para a nova situação

A reunião extraordinária da Executiva Nacional (CEN), dia 9, em Curitiba, com Lula preso, afirmou a sua candidatura e outras iniciativas (ver notas abaixo). Ninguém defendeu “plano b”, nem na versão Haddad, lançada pelos assessores do ex-prefeito semanas antes, nem na versão Jaques Wagner, que só 48 horas depois foi a Curitiba, e cogitou de “escolher alguém de dentro ou de fora do partido”.

A CEN estava coesa no registro de Lula em 15 de agosto. Alguns oradores entraram no balanço das “ilusões no Estado” ou no Supremo Tribunal Federal, para defender uma “ruptura”. Outros lembraram o limite da mobilização em São Bernardo, cujo ponto alto foi a coluna da Volkswagen na troca de turno.

Vários dirigentes reclamaram da condução dos atos recentes, com o espaço de certos aliados, lembrando que PCdoB e PSOL fazem uma disputa. Foi aplaudido o parlamentar que enfatizou o dever de “fazer tudo por Lula e o PT”. Destoou o deputado Paulo Teixeira, da Mensagem, ao propor convidar à Executiva uma lista

de “notáveis” (Dilma, Haddad, Vanucchi, Amorim, João Paulo...), não explicou se para compor ou assistir.

Não que não haja problemas. Por exemplo, é discutível desmembrar uma resolução, discutindo e emendando em plenário uma nota à opinião pública, separada de outra nota de agenda completada fora depois, como se a orientação precisa do “que fazer” fosse assunto menor, para a militância ou para as frentes.

Mas a solução dos problemas não está nos “notáveis”. Está em se organizar ou reorganizar num Diretório Nacional urgente face às



Gleisi em coletiva de imprensa após reunião da CEN

gigantescas tarefas das quais todos são conscientes.

Só assim teremos um plano de ação à altura do desafio, com nossa principal liderança trancafiada.

A Executiva reafirmou a presidente

Gleisi como porta-voz de Lula, instalou o comando em Curitiba e decidiu ainda publicar o discurso de Lula em São Bernardo (em vídeo e jornal).

Markus Sokol

NOTA DA EXECUTIVA: LULA LIVRE! LULA PRESIDENTE!

O PT saúda as multidões que se mobilizaram, em São Bernardo do Campo, em centenas de cidades do país e no exterior, em defesa da liberdade do ex-presidente Lula.

(...) A prisão inconstitucional do ex-presidente Lula, sua condenação sem provas por juízes parciais, que sequer apontaram-lhe um crime, e a negativa, pela 5ª turma do STJ e pela maioria do STF, do direito de recorrer em liberdade constituem a maior violência contra uma liderança nacional desde a redemocratização.

(...) A estatura de Lula agigantou-se pela maneira digna como cumpriu o mandado ilegal de prisão, no sindicato que é o berço de sua liderança: de cabeça erguida, nos braços do povo, uma imagem que repercutiu ao redor do mundo.

A prisão ilegal de Lula é um desdobramento do grande golpe contra a democracia que começou com o impeachment sem crime da presidenta Dilma, que levou à retirada de direitos dos trabalhadores, ao desmonte de empresas públicas, à entrega da soberania nacional.

Lula é inocente! Lula é um preso político!

(...) Lula continua sendo nosso candidato à Presidência da República e sua candidatura será registrada no dia 15 de agosto, conforme a legislação eleitoral.

A principal tarefa do PT é lutar pela liberdade de Lula, em ações coordenadas com outros partidos, movimentos sociais, frentes, e personalidades do Brasil e de outros países.

Caberá à direção do PT fazer as articulações com outros partidos, que serão conduzidas pela presidenta Gleisi Hoffmann, designada por Lula como sua porta-voz política até que ele recupere a liberdade.

A Executiva Nacional decidiu que o comando do partido ficará instalado em Curitiba.

(...) Não sairemos das ruas enquanto Lula não estiver em liberdade.

Curitiba, 9 de abril de 2018

AGENDA

A CEN reunida aprova as seguintes ações:

- Manter acampamentos em Curitiba e Brasília, com o lema Lula Livre (...).
- Dia 11, lançamento da Frente Ampla Partidária em defesa da democracia e da liberdade de Lula, em Brasília (...)
- Dia 13, atos político-culturais em todas as capitais e grandes cidades.
- Os Comitês Populares em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato deverão transformar-se em Comitês Lula Livre (...).

PESQUISA SEM LULA É FRAUDE!

Uma fraude depende em parte da coesão da classe dominante. Mais um passo foi dado pela decisão do dono do DataFolha de excluir Lula da pesquisa a ser divulgada dia 15. Apesar de sondagens telefônicas de outros institutos indicarem que o favorito, Lula, cresceu na reação à decretação da prisão.

“Ao excluir o nome de Lula das principais cartelas de sua próxima pesquisa, registrada no TSE, o Instituto Datafolha tenta manipular a realidade e o sentimento popular amplamente favorável ao nosso candidato”, diz a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann.

A arbitrariedade veio no dia da decisão da Executiva do partido confirmar a candidatura. A lei não impede um preso de disputar eleições. O PT entrou com um recurso jurídico.

Vigília segue firme em Curitiba

Por Lula Livre, manifestantes de vários Estados se revezam

Após a covarde agressão da PF e da PM na noite de 7 de abril, quando Lula chegava preso (ver pag. 5), os manifestantes se reorganizaram. Agora, já ocupando quatro quadras, os participantes da Vigília Democrática Lula Livre enfrentam vários problemas.

Um deles são as intimidações policiais, quase sempre de madrugada. Manter a serenidade é essencial.

Outro, é a relação com os moradores, a princípio desconfiados. Mas com educação e firmeza o quadro está se revertendo. Outra dificuldade é logística, dar conta da alimenta-

ção, da higiene e limpeza, além de respeitar o silêncio após 20 horas.

As centenas de acampados mantêm estruturas de comunicação e de saúde. Tem gente da cidade vindo se filiar. Atos e atividades culturais constantes recepcionam as delegações que chegam.

Governadores impedidos de ver Lula

Nove governadores foram impedidos de visitar Lula dia 10, ao arrepio da Lei de Execução Penal. Milhões de votos perdem, assim, o valor, diante da canetada de uma juíza.

Os governadores eram Tião Viana (PT - Acre), Rui Costa (PT - Bahia), Camilo Santana (PT - Ceará), Renan Filho (PMDB - Alagoas), Flávio Dino (PCdoB - Maranhão), Fernando Pimentel (PT - Minas Gerais), Ricardo Coutinho (PSB - Paraíba), Paulo Câmara (PSB - Pernambuco) e Wellington Dias (PT - Piauí). Estavam acompanhados dos senadores



Nove governadores e três senadores impedidos de visitar Lula

Requião (PMDB), Lindbergh e Gleisi (PT), além do presidente da CUT, Vagner Freitas.

Roberto Salomão, de Curitiba

Liberdade para Lula ecoa pelo mundo

Atos e manifestações denunciam prisão política do ex-presidente

A decretação da prisão de Lula em 5 de abril provocou reações imediatas de organizações de trabalhadores em várias partes do mundo. De Madri à Buenos Aires, de Paris à Cidade do México, partidos de esquerda e sindicatos chamaram atos diante de embaixadas brasileiras ou em praças públicas.

Tal reação imediata se deve ao fato de que várias organizações em diversos países já vinham tomando posição contra a perseguição judicial à qual Lula vinha sendo submetido e já estavam em estado de alerta para uma prisão.

É o caso dos membros do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), que desde sua 9ª Conferência Mundial Aberta realizada em Argel (norte da África) em dezembro

manifestações de apoio a Lula e repúdio à sua prisão política ocorridas nos últimos dias, estando prevista para 23 de abril uma nova jornada internacional de delegações às embaixadas brasileiras em várias partes do mundo.

ATO NA PRAÇA DA REPÚBLICA EM PARIS

Em 8 de abril, por iniciativa do núcleo petista na capital francesa, mais de cem manifestantes reuniram-se na Praça da República – local tradicional de manifestações políticas e sindicais – para protestar contra a prisão de Lula.

O orador principal foi Luís Dulci (ex-ministro da Secretaria geral da presidência da República no governo Lula) e o ato contou com a participação de representantes de partidos e centrais sindicais francesas.

O representante do Partido Operário Independente (POI), que ao lado do PT da Argélia sedia as reuniões da coordenação do AcIT, Sammy, em sua intervenção leu a declaração do Diálogo e Ação Petista de 6 de abril, chamando à intensificação da mobilização por Lula Livre e afirmando que “Eleição sem Lula é fraude”.

A CGT (central sindical) adotou uma Nota oficial pela liberdade de Lula e o líder do partido “França Insubmissa”, Jean-Luc Me-

lenchon, denunciou nas redes sociais que o ex-presidente foi vítima de um “golpe judicial”.

EMBAIXADA CERCADA EM BUENOS AIRES

Já em 6 de abril a embaixada brasileira na capital da Argentina foi cercada por centenas de manifestantes.

Com forte presença sindical, em particular dos vários setores representados pela Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA), como a ATE (trabalhadores do Estado) e Suteba (professores de Buenos Aires),

além do sindicato dos caminhoneiros dirigido por Hugo Moyano e da Corrente Federal dos Trabalhadores.

Na linha de frente da coluna – encabeçada pela faixa “Com presos políticos não há democracia” – que se dirigiu à embaixada do Brasil estavam companheiros como Pablo Micheli, secretário geral da CTA Autônoma e apoiador da convocatória da Conferência Mundial Aberta de Argel, e Hugo Yaski, secretário geral da CTA dos Trabalhadores.

Com faixas e cartazes “contra o golpe no Brasil”, “Lula Livre” – até um “pirulito” do DAP brasileiro apareceu nas fotos enviadas pelos companheiros argentinos – o ato juntou também movimentos populares e da juventude.

EM MADRI SINDICATOS E PARTIDOS EXIGEM LIBERDADE PARA LULA

Dois importantes atos em 10 de abril da campanha em defesa de Lula ocorreram em Madri, depois de um ato realizado em Barcelona no dia 7.

Pela manhã, Dilma Roussef deu uma conferência na Casa da América com o auditório lotado, sobre o tema “Brasil, uma democracia ameaçada”. À tarde, debaixo de chuva e frio, centenas de pessoas concentraram-se diante da embaixada do Brasil para denunciar “a condenação e prisão arbitrária do ex-presidente Lula por um tribunal e juízes que não respeitam a constituição brasileira e a democracia”.

Com forte presença sindical, o ato contou com a participação do secretário geral das Comisiones Obreras (CCOO) Unai Sordo, do secretário internacional da UGT Jesús Gallego e dezenas de dirigentes sindicais. Os gritos de “Fora Temer, Lula liberdade e Lula presidente” acompanharam a



Ato na embaixada do Brasil em Madri

entrega de documentos de rechaço à prisão de Lula. Presentes também representantes de partidos como o Podemos, o Partido Comunista da Espanha (PCE) e o Partido Operário Socialista Internacionalista (POSI, seção da 4ª Internacional).

OUTRAS MANIFESTAÇÕES

Na Cidade do México e Amsterdã (Holanda) houve manifestações em 8 de abril. Em Lisboa e Roma no dia 9, e no 11 de abril ocorreram atos e manifestações em Montevideu, Londres, Bruxelas, Estocolmo e Oslo.

Várias mensagens chegaram à CUT e ao Comitê Internacional de Solidariedade a Lula, como a de Jean Bonald Fatal, secretário geral da Confederação dos Trabalhadores dos Setores Público e Privado do Haiti (CISP) e da Central Bolivariana e Socialista dos Trabalhadores (CBST) da Venezuela, cujo dirigente no estado Falcón, Francisco García, que é também deputado constituinte, declarou: “a direita brasileira não perdoa Lula pela sua origem humilde, por ser um operário metalúrgico e nem o fato de ele ter fundado o Partido dos Trabalhadores”.

Vídeos gravados com dirigentes sindicais de todos os continentes em apoio a Lula estão sendo divulgados, bem como uma mensagem de Sharaw Burrows, secretária geral da Confederação Sindical Internacional (CSI) exigindo a liberdade imediata de Lula. A luta continua também no plano internacional.



Luís Dulci se dirige a manifestantes em Paris

de 2017 com mais de 200 representantes de 42 países, haviam acolhido a proposta da delegação brasileira de apoiar a campanha internacional em defesa do direito de Lula ser candidato no Brasil. (ver OT 820)

Reunida em 23 e 24 de fevereiro em Paris, a coordenação do AcIT recebeu uma carta do dirigente da CUT Julio Turra que pedia o reforço da campanha diante da condenação de Lula em segunda instância ocorrida em 24 de janeiro.

Várias entidades e dirigentes aderentes ao AcIT também aderiram ao Comitê de Solidariedade Internacional “em defesa da democracia no Brasil e de Lula”, que foi lançado em Salvador em 15 de março por iniciativa da CUT.

Abaixo registramos algumas das inúmeras



Hugo Yaski (CTA-T) e Pablo Micheli (CTA-A) encabeçam passeata em Buenos Aires



Montevideu 11 de abril

1968, uma virada na situação mundial: Revolução Política na Tchecoslováquia

Um primeiro episódio de um ano marcado pela ação das massas em todo o mundo

Iniciamos uma série de artigos sobre o ano de 1968, marcado por mobilizações, greves gerais e processos revolucionários em todo o mundo. Um ano que revelou uma crise conjunta do imperialismo dominante dos EUA e da burocracia que dirigia a União Soviética, os dois pilares da “ordem mundial” estabelecida ao final da 2ª Guerra (1945), combinando a necessidade da revolução social nos países capitalistas com a da revolução política nos estados operários deformados pelo stalinismo.

Começamos pelos acontecimentos que abalaram a então Tchecoslováquia, país do “bloco socialista” dirigido por Moscou, apoiando-nos na reconstituição feita pela “Carta de A Verdade” n° 891 da seção francesa da 4ª Internacional.

Como tudo começou

Em 31 de outubro de 1967, estudantes da Universidade de Praga saíram às ruas e foram reprimidos. Durante o mês de novembro ocorrem assembleias e no dia 20 uma nova manifestação incluindo os professores se realiza. A Associação de Escritores se soma à exigência de direito à manifestação e livre discussão. O discurso de um comunista, Ludvik Vaculik, apontando a origem da situação no monopólio do poder por uma camada de burocratas circula clandestinamente.

Divergências aparecem na direção do Partido Comunista (PC), encabeçado por Antonin Novotny, chefe de Estado há 14 anos. Em 5 de janeiro de 1968, Novotny é substituído por Alexander Dubcek, que vai a Moscou justificar o que parecia ser apenas a troca de um dirigente desgastado.

Mas, o movimento que vinha de baixo não para: em 13 de março, estudantes de Filosofia publicam uma “carta aberta aos operários” denunciando a operação do governo de apresentá-los como defensores do capitalismo. Assembleias convocadas nas fábricas pelos dirigentes oficiais para condenar os estudantes acabam tendo o efeito contrário, os operários os apoiam!

O que provoca a revolta de operários e jovens é o velho sistema stalinista de mentiras para desacreditar qualquer crítica à direção do partido e do Estado. O medo de um choque frontal leva a direção a deixar que as críticas se expressem e Dubcek anun-



Tanques da União Soviética invadem Praga para sufocar a revolução política

cia um processo de democratização “com os limites necessários”.

Com uma margem maior de liberdade de discussão, os processos stalinistas dos anos 1950 são revelados, reforçando a exigência de se saber a verdade e de reabilitar comunistas que foram executados. O livro de Arthur London, “A Confissão”, que relata as sessões de tortura no processo de Rudolf Slansky (secretário do PC em 1952) é objeto de viva discussão entre estudantes, intelectuais e operários.

A questão de um congresso para reformar o partido começa a ser discutida, sem oposição de Dubcek, e ele é previsto para setembro.

Conselhos operários e democracia

Em 26 de junho, a Assembleia nacional em Praga suprime a censura e depois reabilita as vítimas dos processos stalinistas. Reivindicações operárias sobre salários, aposentadoria e licença maternidade são atendidas. É anunciado um estudo para a criação de conselhos operários. Tal como na Polônia e na Hungria em 1956, esses conselhos são concebidos pela burocracia como organismos de cogestão da empresa sob controle do regime de partido único, e não como expressão da democracia operária colocando o Estado sobre controle dos trabalhadores.

Mas a discussão sobre a natureza do Estado é inevitável. O “Manifesto das 2 mil palavras” é publicado em 27 de junho: “O principal erro e a maior manipulação desses dirigentes é que eles justificam as arbitrariedades dizendo ser a vontade dos operários”. Ele propunha a criação

de comitês de defesa da liberdade de expressão.

Um setor da direção do PC denuncia esse manifesto, mas uma batalha de moções a favor e contra o mesmo demonstra o seu isolamento. O mesmo ocorre nas eleições para delegados ao congresso do partido. Situação inquietante para o Kremlin, pois o “mau exemplo” tcheco influenciava os povos dos demais países da Europa do Leste.

Dubcek é prevenido por Janos Kadar da Hungria em 17 de agosto que os russos preparam uma intervenção militar. Moscou não queria esperar o congresso do PC tcheco de 9 de setembro.

Invasão e resistência

Na noite de 20 para 21 de agosto, 600 mil soldados do Pacto de Varsóvia¹ invadem o país e tanques russos ocupam os acessos a Praga. Milhares saem às ruas e as tropas de ocupação não encontram apoio nem no exército tcheco. O comitê do partido de Praga conclama pelo rádio os delegados do congresso a virem à capital por todos os meios.

Com a sede do PC ocupada por tropas russas, os delegados se reúnem na fábrica CKD, protegidos por milícias operárias de Praga. Eles eram 1026 sobre um total de 1250 eleitos. Mas o comitê central do partido não reconhece o congresso e Dubcek é prisioneiro dos russos. Mesmo assim, uma nova direção de 144 membros é eleita e um chamado à greve geral é lançado para 23 de agosto.

Uma delegação de dirigentes do partido vai a Moscou “negociar” com Brejnev² e de volta no dia 28 faz com

que Dubcek assine um acordo que prevê a volta à situação anterior a janeiro, apagando o congresso.

Mas a “normalização” foi difícil. Greves e manifestações ocorrem, os operários constroem sindicatos independentes. Em janeiro de 1969 o estudante Jan Palach se imola no centro de Praga, gesto de enorme repercussão na juventude em todo o mundo. O congresso dos sindicatos, no dia de seu enterro, conclama uma greve de cinco minutos seguida maciçamente.

Após manifestações em 28 e 29 de março de 1969, a repressão aumenta. Em 13 de abril, Dubcek recusa fazer uma declaração exigida por Moscou e é substituído por Gustav Husak. O herói olímpico Emil Zatopek, ministro dos esportes, não querendo participar da “normalização”, é destituído e enviado a ser lixo. Reconhecido na rua, uma multidão corre atrás do caminhão onde ele estava pelas ruas de Praga.

Os regimes burocráticos da Europa do Leste se alinham com a intervenção russa. Fidel Castro e Mao Tsé-Tung também a aprovam. Mas vários partidos comunistas da Europa ocidental são obrigados a condenar a intervenção, ainda que defendendo a “normalização”, e começam a girar para um “socialismo por via parlamentar”, combinado com o apoio à burocracia de Moscou.

A intervenção e repressão na Tchecoslováquia vai abrir uma crise nos partidos comunistas, confrontados em seus países, como na França, a grandes mobilizações de massa em 1968, enquanto a luta dos trabalhadores e jovens tchecos vai inspirar não só futuros movimentos de revolução política no leste europeu, mas também vai reforçar a recusa aos métodos e a política stalinistas por setores crescentes do movimento revolucionário em todo o mundo.

Lauro Fagundes

Notas

1. Aliança militar entre a URSS e países europeus de sua órbita (1955-1991): Alemanha Oriental, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia e Albânia (retirou-se em 1968).

2. Leonid Brejnev, presidente da União Soviética e principal líder do Partido Comunista entre 1964 e 1982, quando morreu.

Cerco à Venezuela chega também à OIT

Criada comissão de investigação a pedido dos patrões contra Maduro

Em 21 de março, o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reunido em Genebra (Suíça), decidiu enviar uma comissão de investigação sobre as queixas da patronal venezuelana, a Fedecamaras, contra o governo de Nicolás Maduro.

Pedimos ao advogado trabalhista e membro do Coletivo Trabalho e Juventude na Venezuela, José Mendoza, sua opinião sobre essa situação. Abaixo trechos da resposta que ele nos enviou.

Proteger os mais vulneráveis

“No atual cenário mundial, onde centenas de milhões de trabalhadores enfrentam uma brutal regressão na proteção de seus direitos, parece paradoxal a preocupação do órgão diretivo da OIT com as queixas da Fedecamaras contra o governo venezuelano sobre pretensas violações das Convenções 26 (fixação de salário mínimo) e 144 (sobre consulta tripartite entre governo, patrões e trabalhadores).

Ora, a Venezuela está constituída como um estado social de direito (artigo 2º da Constituição da Re-

pública Bolivariana da Venezuela), ou seja, sob uma lógica de proteção pela legislação dos grupos sociais vulneráveis, como o são os trabalhadores assalariados diante de seus empregadores.

A Câmara Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela, em sua sentença 85/02, afirmou necessário impedir que ‘os setores econômica e socialmente mais fortes estabeleçam uma hegemonia sobre os mais fracos, em que as posições privadas de poder se convertam numa diminuição excessiva na liberdade dos mais fracos, em uma subjugação que incentiva de maneira permanente uma crise social.’

Vemos então como o ‘diálogo social’ reclamado pela Fedecamaras está submetido a um condicionante interno que orienta o Estado a tomar todas as medidas necessárias para proteger as pessoas ou grupos de pessoas que, em algum momento, enfrentam outros numa situação de inferioridade.

Crise e intervencionismo

Num contexto de crise econômica e social aguda, como a que atravessa

a Venezuela, aumentos no salário mínimo exigem medidas de ordem pública. Por que razão elas deveriam ser submetidas à consulta com os patrões?

As queixas da Fedecamaras à OIT revelam mais do que uma motivação legal, mas sobretudo uma motivação política contra a existência de uma legislação nacional que se choca com os interesses do empresariado privado.

A decisão do Conselho de Administração da OIT de criar uma comissão de investigação sobre as queixas da patronal venezuelana coloca em questão a manutenção de um marco regulatório de proteção aos setores mais vulneráveis da sociedade, adquirindo assim uma conotação política intervencionista.

Ações de intervenção externa contra a Venezuela, aliás, multiplicaram-se no último período, como acontece com as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia e as recentes sanções da Suíça contra funcionários do governo Maduro.

A elas somam-se ações que buscam isolar diplomaticamente o país em

instâncias como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a ONU, juntamente com ações de governos como os que compõem o Grupo de Lima na América do Sul.”

CÚPULA DAS AMÉRICAS

Em 13 e 14 de abril ocorre em Lima, Peru, a 8ª Cúpula das Américas, da qual, por ordem do governo dos EUA, o presidente venezuelano Nicolás Maduro foi desconvidado pelo então presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski (PPK), antes de sua renúncia em março. Foi de PPK a iniciativa de criar o Grupo de Lima, com governos títeres do imperialismo EUA como Macri da Argentina e Temer, para avançar a ofensiva contra a Venezuela. O presidente dos EUA, Trump, alegando a questão da Síria, anunciou em 10 de abril que não compareceria à 8ª Cúpula.

Forte greve de ferroviários na França

Trabalhadores exigem retirada do projeto de Macron que ataca seus direitos e o setor público

Diante de uma poderosa greve dos ferroviários em toda a França, o governo de Emmanuel Macron multiplica as declarações à mídia, buscando desacreditar o movimento e apresentando dados falsos sobre a questão ferroviária no país. Ao jornal “Le Parisien” (8/4), o primeiro-ministro Édouard Philippe disse: “Todo mundo deve saber de nossa determinação de ir até o fim”. A ofensiva aumentou depois que ficou evidente o apoio da população à greve.

Os ferroviários lutam pela manutenção do estatuto dos trabalhadores, que garante diversos direitos, e recusam a transformação da SNCF, a estatal das ferrovias, em sociedade anônima e sua abertura à concorrência. O movimento exige a retirada do projeto do governo Macron-Philippe que determina essas medidas. É bom lembrar que o governo “socialista” de François Hollande e Manuel Valls já havia apresentado proposta de reforma ferroviária na mesma direção.

Depois da grande advertência da greve de 22 de março de várias categorias (leia em OT-824), a greve da SNCF é um marco na situação francesa. Os ferroviários decidiram, em assembleias gerais nos locais de trabalho, fazer greves de dois dias a

cada cinco dias. Pararam nos dias 3, 4, 8 e 9, num movimento já considerado histórico.

A amplitude do movimento grevista é inegável. A própria direção da SNCF anunciou altos índices de trabalhadores parados. Um analista do jornal “Le Figaro” avalia que “os riscos de um amplo conflito foram subestimados”. Para o “Libération”, “a unidade sindical, que o governo pensava poder quebrar, foi mantida”.

Assembleias gerais

O jornal “Informations Ouvrières” (Informações Operárias), do Partido Operário Independente (POI), tem registrado discussões realizadas nas assembleias gerais dos trabalhadores. Em todos os centros ferroviários, as maciças assembleias gerais dos dias 8 e 9 decidiram manter o movimento, com a marcação de novas greves para 13 e 14. Em muitas, foram lidas moções de apoio de diferentes sindicatos e uniões sindicais interprofissionais.

Em Lyon-Perrache, por exemplo, o dirigente vinculado à central sindical CGT fez questão de citar todos os sindicatos (de diferentes centrais) comprometidos com a greve. Em sua intervenção, condenou “a cortina

Face à la puissante grève des cheminots

Les contre-vérités et les mensonges de Macron

Face à la puissante grève des cheminots, as contra-verdades e mentiras de Macron

de fumaça do governo”, dizendo: “Fizemos quatro dias de greve e o presidente foi à TV. Isso mostra que as sequências de dois dias estão funcionando”.

O dirigente ligado à central sindical FO afirmou: “Eles querem a ajuda dos sindicatos em seu serviço sujo. Esse é o significado de suas propostas de concertação. É preciso ampliar o

movimento para obrigar o governo a retirar o projeto!”.

Em Nîmes, um panfleto assinado por cinco sindicatos que organizam a greve foi distribuído aos usuários, para desmentir as afirmações do governo. Em Nevers, os ferroviários reunidos vaiaram os deputados da bancada governista (LREM) que foram até lá para defender a propaganda de Macron.

Um panfleto do POI em apoio à greve, com informações sobre as mentiras do governo, foi bem recebido nos locais em que foi distribuído. O panfleto afirma: “Os ferroviários em greve têm toda a razão! Na greve, os ferroviários defendem o serviço público. (...) Todos os trabalhadores e a maioria da população estão interessados em apoiar os ferroviários. O governo não diz a verdade! Quer privatizar. Quer continuar com a abertura à concorrência para entregar a empresa pública ao capital financeiro. Quer liquidar o estatuto dos ferroviários”.

Cláudio Soares

Mais um massacre na Palestina

Manifestação pacífica de 30 mil pessoas é recebida a bala pelo exército de Israel

Em 30 de março, cerca de 30 mil palestinos, vindos em sua maioria dos campos de refugiados da Faixa de Gaza, participavam do lançamento de uma atividade que deveria se desenrolar por seis semanas, a “marcha pelo retorno”, organizada pela coordenação do conjunto de agrupamentos políticos estruturados no território. Seu objetivo era realizar uma manifestação dirigida à barreira de segurança que separa a Faixa de Gaza das fronteiras oficiais do Estado israelense, para marcar a recusa ao confinamento naquela que se convencionou chamar de a maior prisão a céu aberto do mundo, e contra o confisco das terras de seus avós em 1948.

A resposta do exército israelense – cujos soldados estavam fora do alcance de qualquer agressão – foi a de dar ordem a seus atiradores para disparar sobre a multidão, causando a morte de pelo menos 16 palestinos. Centenas de manifestantes de todas as idades foram feridos pelas balas. Gases foram espalhados por drones.

Em um tuíte oficial, o exército reconheceu, num primeiro momento, que a manifestação não oferecia nenhum perigo para a “segurança de Israel”. Em seguida, disse que houve confrontos e – argumento clássico – tentativas de incursões terroristas. Note-se que a maioria das mídias “ocidentais” repercutiu docilmente o termo “confrontos”

para qualificar a situação.

Confrontos? De um lado, um exército superequipado. De outro, manifestantes de mãos limpas, num terreno aberto, sem abrigos. Só se forem confrontos entre balas reais e alvos!

Dia da Terra

A “marcha pelo retorno” deveria durar até 15 de maio, dia do aniversário da proclamação do Estado de Israel, em 1948, e início da “Nakba”, palavra que significa “catástrofe”, em árabe, e que se refere à campanha de expulsão em massa de 800 mil palestinos de suas terras e cidades a partir de 1948. Ela foi instituída na data do Dia da Terra, que, desde 30 de março de 1976, homenageia anualmente seis manifestantes palestinos do interior assassinados pelo exército de ocupação durante a greve geral na Galileia, contra o confisco das terras palestinas.

Desde 1976, em sua comemoração anual, os palestinos do interior (isto é, que vivem no interior do Estado de Israel) reafirmam que não são “árabes israelenses”, mas parte integrante do povo palestino, separado desde 1948. Pela primeira vez, o Dia da Terra foi marcado por um evento paralelo na Faixa de Gaza (na Cisjordânia, a Autoridade Palestina bloqueia, tanto quanto pode, qualquer manifestação equivalente).

A atualidade da ligação entre a cria-

ção do Estado israelense e a Nakba fica evidenciada, mais uma vez, pelo massacre de 30 de março. Tais abusos pontuam toda a história do Estado de Israel, constituído sobre a negação completa do direito do povo palestino a viver em sua terra. As organizações palestinas do interior, assim como as da Faixa de Gaza, afirmam que nada poderá deter a marcha pelo retorno.



Manifestação pacífica é atacada pelo exército israelense, 16 são mortos

Leia nota do AcIT que exige o fim da repressão

Alertamos os camaradas e as organizações que participam das atividades do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT) sobre os acontecimentos dramáticos que ocorreram na Palestina nos últimos dias.

Em 30 de março, quando se comemora o Dia da Terra, dezenas de milhares de palestinos se manifestaram atendendo ao chamado de um coletivo de organizações sob a palavra de ordem de “marcha pelo retorno”, em direção à rede de arame farpado e de muros que encerra os habitantes de Gaza em um verdadeiro gueto, onde 2 milhões de habitantes sobrevivem em uma área de 360 quilômetros quadrados. Em sua maioria, eles são os netos daqueles que foram expulsos de suas terras em 1948.

Quando essa manifestação pacífica estava ainda a cem metros da barreira, os soldados do exército de ocupação israelense atiraram com balas verdadeiras sobre a multidão de homens, mulheres e crianças, matando 16 pessoas e ferindo centenas de outras.

Essa “marcha pelo retorno” estava prevista para permanecer até o dia 15 de maio, dia da Nakba

(“catástrofe”). (...)

A continuidade entre os acontecimentos de 15 de maio de 1948 e esse 30 de março de 2018 é aquela da longa opressão, da repressão e dos massacres cometidos contra o povo palestino. Em outras palavras, a negação do direito do povo palestino a viver em sua terra. Mas não haverá paz na Palestina enquanto esse direito não for concretizado.

De imediato, e conforme a moção unitária adotada pela 9ª Conferência Mundial Aberta de Argel [dezembro 2017], nós apelamos, sob as formas próprias a cada país, a denunciar os massacres cometidos pelos soldados israelenses e a repressão feroz que prossegue e a apoiar a luta legítima do povo palestino para recuperar seus direitos democráticos nacionais.

Os coordenadores do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT)

Louisa Hanoune, secretária do Partido dos Trabalhadores da Argélia Dominique Canut, em nome da Executiva Nacional do Partido Operário Independente (POI) da França.

2 de abril de 2018

REVISTA A VERDADE 96

Está disponível a nova edição da revista teórica da 4ª Internacional.

Nesta edição há um importante destaque sobre a situação da luta de classes na América Latina com depoimento do camarada venezuelano Alberto Salcedo sobre a situação de seu país. Presente na edição um dossiê sobre a Europa com relatos sobre a luta dos trabalhadores e povos da Alemanha e Espanha.

Na edição um importante artigo sobre a 9ª Conferência Mundial Aberta recuperando a história da linha da transição na experiência da seção francesa da 4ª Internacional no combate por um agrupamento amplo e flexível sob a base da independência de classes.

Também na edição cinco artigos de Leon Trotsky sobre “Atualidade da Revolução Russa” dando continuidade ao dossiê iniciado na edição anterior da revista.

Peça seu exemplar à um colaborador de O Trabalho ou pelo e-mail: palavra.livraria@gmail.com ao preço de R\$ 20,00 (mais custos de correio).

“Expor aos oprimidos a verdade sobre a situação é abrir-lhes o caminho da revolução”

Leon Trotsky



Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br